



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

Processo nº: 175/19-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF

Assunto: Consulta

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

MPC: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 78, S.O. nº 5.166, de 1º.10.2019

Publicação: DODF nº 185, de 27.9.2019, pág. 18

Ementa: Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal acerca da metodologia de cálculo do adicional de férias em relação ao abono pecuniário, previsto no art. 91, § 2º, e art. 113, § 1º, da Lei Complementar nº 840/11, aos Defensores Públicos do Distrito Federal, tendo em vista a divergência de interpretação da matéria entre a Assessoria Jurídico Legislativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – AJL/SEPLAG e a Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere o conhecimento da consulta e a prestação de esclarecimentos acerca do entendimento da matéria de forma convergente com a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.

O Ministério Público, por seu turno, apresenta entendimento convergente com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e com a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF.

Na Sessão de 23.7.2019, VOTEI de acordo com o Corpo Técnico.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 2.488/19-CPM).

O nobre Revisor VOTA de acordo com o **Parquet** especializado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

Distribuição antecipada do Voto-Vista e do Voto deste Relator.

Prosseguimento do julgamento iniciado na S.O. nº 5146.

VOTO pela manutenção do entendimento apresentado na Sessão de 23.7.2019.

RELATÓRIO

Na Sessão de 23.7.2019, submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto constante do e-doc 9C5A0EFD-e, o qual faço transcrever:

“6. Os autos versam sobre consulta formulada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal acerca da metodologia de cálculo do adicional de férias em relação ao abono pecuniário, previsto no art. 91, § 2º³, e art. 113, § 1º⁴, da Lei Complementar nº 840/11.

7. A solicitação foi encaminhada à Corte em virtude da divergência na interpretação normativa entre a Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – AJL/SEPLAG e a Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal – ASJUR/DPDF no tocante ao valor devido aos Defensores Públicos do Distrito Federal na hipótese de conversão do período de um terço de férias em abono pecuniário.

8. O Corpo Técnico sugere conhecer da exordial e informar à jurisdição que Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF está correta, visto que o adicional de férias deve seguir os preceitos da Lei Complementar nº 840/11, incidindo sobre a remuneração mensal ou subsídio e sobre o valor do abono pecuniário, observados os limites mencionados nos dispositivos, sob pena de fazer letra morta ou negar validade ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal.

9. O Parquet especializado manifesta-se de acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do

³ Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.

§ 2º O adicional de férias incide sobre o valor do abono pecuniário.

⁴ Art. 113. A conversão de um terço das férias em abono pecuniário depende de autorização do Governador, do Presidente da Câmara Legislativa ou do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 1º Sobre o valor do abono pecuniário, incide o adicional de férias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

Distrito Federal – AJL/SEPLAG e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, por entender que o adicional de 1/3 de férias deverá ser calculado direta e exclusivamente sobre o valor da remuneração total a que se refere os 30 (trinta) dias.

10. *Passa-se à apreciação.*

11. *Os requisitos de admissibilidade das consultas endereçadas a este Tribunal encontram-se previstos no art. 264 do Regimento Interno, in verbis:*

“Art. 264. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal decidirá sobre consultas que lhe forem formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração.” (grifei).

12. *Tendo em vista que a presente consulta cuida de direito em tese, indica com precisão seu objeto, foi formulada por autoridade competente e está acompanhada de parecer técnico-jurídico da Administração, deve a Corte conhecê-la. Ademais, cumpre salientar que a resposta terá caráter normativo e constituirá prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.*

13. *Quanto ao mérito, a controvérsia reside na delimitação da base de cálculo do adicional de férias (conhecido como “terço constitucional”) na hipótese de conversão do período em abono pecuniário.*

14. *Com as vênias de estilo ao douto Ministério Público, está com razão o Corpo Técnico.*

15. *O art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal estabelece como direito de todo trabalhador urbano e rural o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. A precitada regra tem sua aplicabilidade estendida aos servidores ocupantes de cargos públicos, conforme art. 39, § 3º, da Carta Magna.*

16. *O Supremo Tribunal Federal – STF firmou entendimento⁵ no sentido de que, ainda que não previsto o pagamento do terço constitucional para a hipótese de férias não gozadas na legislação*

⁵ São precedentes: RE 570.908/RN, RE 197.921/DF, RE 324.656/RJ



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

estadual, este é devido, por não ser possível à legislação infraconstitucional restringir um direito constitucional garantido ao trabalhador.

17. Seguindo a orientação do Pretório Excelso, o não pagamento do terço constitucional àquele que não usufruiu o direito de férias implicaria dupla penalização: a uma, por não ter se valido de seu direito ao descanso, cuja finalidade é preservar a saúde física e psíquica do trabalhador; a duas, por vedar-lhe o direito ao acréscimo financeiro que teria recebido se tivesse usufruído das férias no momento certo.

18. Dito de outra maneira, **o pagamento de férias não usufruídas deve ser acrescido do adicional de um terço do salário.** Essa é a aplicação/eficácia direta do preceito constitucional.

19. Ao regulamentar o adicional de férias (terço constitucional), a Lei Complementar nº 840/11 traz a seguinte previsão:

“Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.

§ 1º No caso de o servidor efetivo exercer função de confiança ou cargo em comissão, a respectiva vantagem é considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo, observada a proporcionalidade de que trata o art. 121, § 1º.

§ 2º O adicional de férias incide sobre o valor do abono pecuniário.

§ 3º A base para o cálculo do adicional de férias não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio, salvo em relação ao abono pecuniário.” (grifei).

20. Da mesma forma, ao abordar o tema relativo à conversão de período de férias em abono pecuniário, a norma legal tem a seguinte redação:

“Art. 113. A conversão de um terço das férias em abono pecuniário depende de autorização do Governador, do Presidente da Câmara Legislativa ou do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 1º Sobre o valor do abono pecuniário, incide o adicional de férias.

§ 2º A base para o cálculo do abono pecuniário não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio.” (grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

21. Nesse passo, mostra-se razoável afirmar que os arts. 91, § 2º, e 113, § 1º, da Lei Complementar nº 840/11, ao assegurarem que no cálculo do abono pecuniário – conversão de período de férias em pecúnia (indenização) – será considerado o valor do adicional de férias, reproduziu direito social estampado na Constituição Federal (art. 7º, inciso XVII).

22. Portanto, o legislador distrital não majorou o adicional de férias previsto na Carta Magna – a despeito de autorizado a fazê-lo –, mas, repita-se, reproduziu o aludido direito tal qual ali delimitado (mínimo de 1/3), inclusive na hipótese de abono pecuniário.

23. Da leitura da Lei Complementar nº 840/11 depreende-se que o legislador distrital tão só confirmou que **não é o gozo de férias que garante a diferença do adicional de férias**, mas o próprio direito às férias, constitucionalmente assegurado – o que é reconhecido pela jurisprudência pátria. O valor relativo ao abono de férias será acrescido do benefício assegurado no art. 7º, inciso XVII, e no art. 39, § 3º, ambos da Constituição da República.

24. Com efeito, ao se referir a questão atinente à incidência do adicional de férias no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, o legislador distrital **não** adotou a limitação que almeja a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, de modo que não compete a esta Corte de Contas dar guarida à pretensão sustentada pelo Poder Executivo.

25. É bem verdade que o legislador não tem condições de prever e positivar todas as situações e conflitos do cotidiano, competindo ao intérprete a solução do caso concreto.

26. Entretanto, no presente episódio, a adoção da interpretação que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal intitulou de “mais rígida”⁶ resultaria na supressão ou minoração de um adicional expressamente previsto na legislação de regência da matéria. Mais do que isso, a interpretação sistemática recomendada pelo Poder Executivo leva em consideração normativos que não se aplicam aos servidores estatutários, como a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT⁷.

27. Com efeito, a aplicação da CLT (ou de interpretações dela

⁶ Conforme ementa do Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 1056/2018 - PGDF/GAB/PRCON (fl. 2 do e-doc BFB23C21-e).

⁷ Ressalta-se por oportuno que parte da fundamentação apresentada pela PGDF é extraída de julgamento do TST relativo à aplicação do art. 143 da CLT, a saber: AGRADO REGIMENTAL. AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. (...) A jurisprudência desta Corte consagra entendimento de que não há incidência do acréscimo do terço constitucional sobre os dias convertidos em abono pecuniário. (...) (AgR-AIRR - 1007-80.2015.5.08.0122, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 04/04/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/04/2018).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

derivadas) de forma subsidiária ao caso em tela só seria possível com expressa previsão na Lei Complementar nº 840/11, o que não se verifica na literalidade da norma. Ademais, pelo que se percebe, o assunto ora debatido foi tratado à integralidade no referido normativo, não havendo espaço para digressões.

28. Importa destacar ainda que os servidores públicos têm suas relações disciplinadas em estatuto próprio, por meio do qual a Administração Pública estabelece **unilateralmente**, por meio de **ato normativo**, direitos e deveres. Assim, não apenas os servidores se acham vinculados à norma, mas também e especialmente a Administração. Logo, se o Poder Público tem o anseio de impor limites ou restrições a direitos dos servidores estatutários, deverá fazê-lo por meio do devido processo legislativo.

29. Nesse laço, nos termos do art. 91, **caput**, da Lei Complementar nº 840/11, o **terço de férias** deverá ter como **base de cálculo o valor da remuneração ou subsídio a que faz jus o servidor no mês em que as férias forem iniciadas**.

30. Na hipótese de **conversão** de um terço de férias em abono pecuniário, a remuneração no mês das férias será a **remuneração regularmente percebida** (referente aos 30 dias de trabalho) **acrescida do valor do abono**, que deve ser a base de cálculo do adicional de férias, conforme expressa previsão legal.

31. Nota-se, portanto, que o **legislador distrital** – diferente do que fez em alguns casos o legislador federal⁸ – **não impôs qualquer** espécie de restrição, ressalva ou proporcionalidade ao cálculo do terço de férias, mesmo tratando expressamente a possibilidade de conversão de um terço das férias em abono pecuniário, ou seja, considerando a possibilidade de o servidor não gozar a integralidade de suas férias.

32. Ressalta-se ainda que a redação original do art. 78, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.112/90⁹ previa situação idêntica àquela atualmente existente na Lei Complementar nº 840/11. Todavia, por meio da Lei nº 9.527/97, o Congresso Nacional modificou a legislação para impor aos servidores federais a restrição que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF e o Ministério Público de Contas do DF pretendem conferir por deliberação desta Corte de Contas, o que, por certo, constitui **ilegalidade**.

33. À época de vigência da redação original do supracitado

⁸ Ressalta-se que o art. 220, § 3º, da Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, prevê situação idêntica àquela prevista na LC nº 840/11. Portanto, a norma aplicável aos membros do Ministério Público da União (MPF, MPT, MPDFT e MPM) diverge daquela aplicável aos servidores civis regidos pela Lei nº 8.112/90.

⁹ Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Pública Federal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

dispositivo da Lei nº 8.112/90, a Orientação Normativa nº 89/91 do Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento tinha o seguinte teor¹⁰:

*“Na hipótese da conversão facultada pelo § 1º do art. 78 da Lei nº 8.112, de 1990, o cálculo do **abono pecuniário** será efetuado sobre o valor da remuneração mensal **acrescido** de 1/3 (um terço) correspondente ao adicional de férias.” (grifei).*

34. A matéria inclusive já foi objeto de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, que se pronunciou nos termos seguintes:

*“EMBARGOS À EXECUÇÃO. ABONO PECUNIÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL. CÁLCULO. LEI N. 8.112/90. A ausência de menção na petição inicial quanto à incidência do adicional de férias sobre o valor do abono pecuniário, bem como o cômputo, nos cálculos apresentados pelo Embargante, da referida parcela, afasta a pretensão exposta em sede recursal. **Não verificada eventual ilegalidade da cobrança do terço constitucional sobre o abono pecuniário, face ao disposto no § 2º do artigo 78 da Lei n. 8.112/90.** (Acórdão n.212793, 20030110646225APC, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Revisor: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 28/02/2005, publicado no DJU SEÇÃO 3: 05/05/2005. Pág.: 79)”*

35. O **Parquet** especializado sustenta ainda que a interpretação alcançada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal poderia ser extraída do art. 125 do supracitado Estatuto. Ocorre que referida norma apenas reproduz o direito constitucionalmente garantido a um período de férias para cada 12 (doze) meses de exercício profissional, não servindo para a solução desta contenda.

36. Com o objetivo de afastar qualquer dúvida que eventualmente pudesse surgir, o legislador distrital, ao editar Lei Complementar nº 840/11, **reafirmou** no art. 113, § 1º, a **incidência** do adicional de férias sobre o valor do abono pecuniário.

37. Por derradeiro, apesar de a lei prever que “a conversão de um terço das férias em abono pecuniário depende de autorização do **Governador, do Presidente da Câmara Legislativa** ou do **Presidente do Tribunal de Contas**”, entende-se, em harmonia com os Pareceres, que o Defensor Público-Geral também está legitimado a autorizar a concessão do abono pecuniário, tendo em vista a autonomia funcional e administrativa conferida àquele órgão, nos termos art. 134, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Emenda nº 69/12, e art. 114, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

¹⁰ Disponível em: <https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/legis/detalhar/3892>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 61/12 e da Emenda à Lei Orgânica nº 86/15.

Ante o exposto, em harmonia com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da consulta formulada pelo então Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF, posto que satisfaz os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;

II. responda à jurisdicionada que, nos termos expressamente previstos nos arts. 91 e 113 da Lei Complementar nº 840/11, o adicional de férias deve incidir sobre a remuneração mensal ou subsídio e o sobre o valor do abono pecuniário, observando os limites impostos nos mencionados dispositivos, sob pena de fazer letra morta ou negar validade à norma de regência, e

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE para fins de arquivamento.”

2. Na ocasião, a Corte, atendendo ao pedido do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 2.488/19-CPM, e-doc 31CEDD37-e).

3. Em 21.8.2019, o nobre Revisor apresentou o Voto-Vista constante do e-doc FBFBD524-e, com a seguinte redação:

“De fato, como destacou o i. relator, há divergência quanto à delimitação da base de cálculo do adicional de férias na hipótese de conversão de um terço das férias em pecúnia.

Verifica-se que a AJL/Seplag, com o que concorda a PGDF e o órgão ministerial, utiliza como base de cálculo do adicional de férias remuneração ou subsídio de 20 dias de férias gozadas acrescida do abono pecuniário.

A AJL/DPDF, por seu turno, com a qual converge o relator e a unidade instrutiva, faz incidir o adicional de férias sobre a seguinte base de cálculo: remuneração ou subsídio de 30 dias mais o abono pecuniário.

Sobre o tema, inicialmente, cumpre tecer algumas considerações. O adicional em referência é direito social regulado na Constituição Federal mediante o artigo 39, § 3º, c/c o artigo 7º, inciso XVII. Trata-se de norma que tem aplicação geral e cogente a todo ente federativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

Ainda, no âmbito distrital, a matéria é disciplinada pela Lei Complementar n.º 840/2011 nos artigos 91, §§ 2º e 3º e 113, §§ 1º e 2º.

Considerando a norma de regência e observando o princípio da legalidade, não há como concordar com a afirmação do e. relator de que, na hipótese de conversão de um terço de férias em abono pecuniário, a base de cálculo do adicional de férias, nos termos expressamente previstos nos artigos 91 e 113 da Lei Complementar n.º 840/2011, será a remuneração regularmente percebida (referente aos 30 dias de trabalho) acrescida do valor do referido abono, observando os limites impostos nos mencionados dispositivos.

Isso por que não está expresso nos dispositivos mencionados que a base de cálculo do adicional de férias seja o valor do abono pecuniário acrescido da remuneração ou subsídio referente aos 30 dias de trabalho.

O que está previsto nos artigos arts. 91 e 113 da Lei Complementar n.º 840/2011 é que "independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas" e ainda que esse adicional "incide sobre o abono pecuniário", o que é bem diverso de indicar que esse abono acrescido da remuneração ou subsídio perfazem a base de cálculo do adicional de férias.

A propósito, para elucidar a questão, há que se compreender o que integra a remuneração do mês de férias do servidor público que opta pela conversão de um terço de suas férias em pecúnia.

Na hipótese da opção pela conversão de um terço de seu direito de férias em abono pecuniário, o servidor receberá remuneração referente aos 20 dias de efetivo gozo de férias mais o abono pecuniário, e sobre essas duas parcelas, sem qualquer dúvida, incidirá o adicional de férias.

Além disso, o servidor que optou pelo abono pecuniário, ou seja, foi indenizado por não ter gozado 10 dias de férias, receberá remuneração relativa ao período trabalhado (10 dias).

Percebe-se, após esses esclarecimentos, que a divergência entre as metodologias de cálculo do adicional de férias adotadas pela AJL/Seplag e pela AJL/DPDF está na incidência ou não do adicional de férias sobre os 10 dias trabalhados após a conversão em pecúnia de um terço das férias.

A meu sentir, está com a razão o d. Ministério Público. Afinal, não é possível a incidência do adicional de férias sobre período trabalhado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

Adicional de férias é consectário, unicamente, de férias.

A esse respeito, esclarecedor é o julgado em que a Segunda Turma do STJ entendeu que o abono de férias incide somente sobre férias, não sendo cabível sua incidência sobre recesso escolar. In verbis:

“EMENTA CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MAGISTÉRIO. LEI ESTADUAL 6.844/86. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. PAGAMENTO DO ADICIONAL DE FÉRIAS AO RECESSO ESCOLAR. IMPOSSIBILIDADE. LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão no qual foi negado o pleito de pagamento do adicional de férias sobre período que corresponde ao recesso escolar; no writ se argumenta que os arts. 93 e 94 da Lei Estadual n. 6.844/86 devem ser lidos de forma a localizar a possibilidade de férias de até 60 (sessenta) dias e, assim, seria devido o adicional sobre o período superior aos 30 (trinta) dias.

2. Da leitura dos arts. 93 e 94 da Lei Estadual n. 6.844/86 (Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina) se infere que a Administração pode outorgar um período maior de férias (até sessenta dias), o que não se confunde com o pleito do mandamus, que postula o pagamento do adicional de férias – previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal – sobre o período definido como recesso escolar.

3. "Não se configura, na espécie, violação de direito líquido e certo praticado por autoridade administrativa, porquanto lhe cabe tão somente cumprir o mandamento contido na lei" (RMS 32.318/SC, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 4.4.2011).

Ora, se não é possível o pagamento de adicional de férias sobre período de recesso escolar, que guarda semelhança com o período de férias, não há como sustentar a incidência desse adicional sobre período trabalhado.

Acrescento, ainda, em reforço ao posicionamento que me alinho, o teor da Instrução Normativa n.º 1, de 4 de maio de 2014, da então Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, que dispõe sobre a concessão de férias ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo do Distrito Federal, da qual destaco os seguintes dispositivos:

“Art. 7º O servidor que opera direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas tem, obrigatoriamente, de gozar 20 dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

acumulação.

(...)

§ 5º O servidor referido nesta Seção não faz jus ao abono pecuniário

(...)

Art. 18 A remuneração de férias corresponde ao período de 30 dias, tendo sua base de cálculo limitada ao teto de remuneração ou subsídio, e é acrescida do valor integral do adicional de férias, correspondente a 1/3 da remuneração ou subsídio.

§ 8º O servidor que opera diretamente com raios X faz jus ao adicional de 1/3 de férias por ocasião do gozo de cada período, calculado sobre a remuneração ou subsídio proporcional a 20 dias.”

Veja-se que ao servidor que opera diretamente com raios X, que não faz jus ao abono pecuniário, a base de cálculo do adicional de férias não é a remuneração ou subsídio do mês em que as férias se iniciam, mas, de acordo com o § 8º do artigo 18 da IN n.º 1/2014, somente a remuneração dos 20 dias de férias gozados em cada semestre, não incidindo adicional de férias sobre os 10 dias restantes do mês, que são dias trabalhados.

Assim, parece-me acertada a opinião do Ministério Público no sentido de que o “Adicional – constitucional - de 1/3 de férias, poderá ser calculado diretamente e, tão somente, sobre o valor da remuneração total a que se refere os 30 (trinta) dias, nos moldes do caput do citado artigo 91, sem a nova incidência sobre o valor dos 10 dias, que serão convertidos em pecúnia, visto que tal cálculo (sobre os 30 dias) já contemplaria a incidência, a que alude o § 2º do mesmo artigo, sob pena de ocorrência de bis in idem”.

Por fim, tendo chegado à conclusão idêntica à do Ministério Público, amparado tão somente em normativos que se aplicam aos servidores estatutários, quero aqui enfatizar que há muito vem entendendo no mesmo sentido, no âmbito celetista, o Tribunal Superior do Trabalho:

“RECURSO DE REVISTA. FÉRIAS. CÁLCULO DO ABONO PECUNIÁRIO. O empregado que converte 10 dias de férias em pecúnia, nos moldes do artigo 143 da CLT, faz jus ao pagamento do valor correspondente a 30 dias de férias (salário + 1/3), além da remuneração normal dos 10 dias trabalhados. O equívoco da decisão regional está em aplicar o acréscimo de 1/3 também na remuneração dos dias trabalhados, procedimento que não se coaduna com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

a legislação aplicável. *Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 1029820115070007 102- 98.2011.5.07.0007, Relator: Valdir Florindo, Data de Julgamento: 12/06/2013, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/06/2013)”*

“RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. FÉRIAS. ABONO PECUNIÁRIO. CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL. *Esta Corte uniformizadora, a partir da exegese da norma expressa no artigo 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, vem firmando entendimento no sentido de que, uma vez constatado o pagamento do terço constitucional sobre os 30 dias de férias, resulta indevido o pagamento de 1/3 sobre o abono pecuniário de férias. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e não providos. (TST-RR-102-98.2011.5.07.0007 publicado 4/4/2014)”*

Ante o exposto, lamentando dissentir do i. relator, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da consulta formulada pelo então Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, pois atende os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;

II. responda à jurisdicionada que, na hipótese de conversão de um terço das férias em pecúnia, nos termos dos arts. 91 e 113 da Lei Complementar n.º 840/2011, a base de cálculo do adicional de férias é composta apenas da remuneração ou subsídio dos 20 (vinte) dias de férias efetivamente gozados e do abono pecuniário.

III. autorize o arquivamento do feito.”

4. Em apertada síntese, o ilustre Revisor acolhe os fundamentos lançados pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF.

5. Rogando vênias ao i. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, deixo de acolher o posicionamento de sua Excelência.

6. Inicialmente, importa lembrar que a controvérsia reside na delimitação da base de cálculo do adicional de férias (conhecido como “*terço constitucional*”) na hipótese de conversão do período em abono pecuniário.

7. A propósito, é mister destacar que a referida norma comporta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

interpretações divergentes a respeito dos elementos que compõem a base de cálculo do terço constitucional e que compete a esta Corte de Contas oferecer resposta, em caráter normativo, à consulta formulada pela DPDF, o que constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto, na forma do art. 264, § 2º, do RITCDF.

8. A respeito disso, de um lado temos a tese defendida pelo Corpo Técnico deste Tribunal e pela Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal – ASJUR/DPDF e de outro lado aquela acolhida pelo Ministério Público de Contas, pela Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – AJL/Seplag e pela PGDF.

9. Este Relator se filia à primeira corrente (em harmonia com o Corpo Técnico), ao passo que o nobre Revisor à segunda (que acolhe a proposta do Órgão Ministerial).

10. Assim, reafirma-se o entendimento de que a Instrução está com a razão, visto que o adicional de férias deve seguir os preceitos da Lei Complementar nº 840/11, incidindo sobre a remuneração mensal ou subsídio e sobre o valor do abono pecuniário, observados os limites mencionados nos dispositivos, sob pena de fazer letra morta ou negar validade ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal.

11. Com efeito, ao regulamentar o adicional de férias (terço constitucional), a Lei Complementar nº 840/11 traz a seguinte previsão:

***“Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.*”**

§ 1º No caso de o servidor efetivo exercer função de confiança ou cargo em comissão, a respectiva vantagem é considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo, observada a proporcionalidade de que trata o art. 121, § 1º.

§ 2º O adicional de férias incide sobre o valor do abono pecuniário.

§ 3º A base para o cálculo do adicional de férias não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio, salvo em relação ao abono pecuniário.” (grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

12. Da mesma forma, ao abordar o tema relativo à conversão de período de férias em abono pecuniário, a norma legal tem a seguinte redação:

*“Art. 113. A **conversão de um terço das férias em abono pecuniário** depende de autorização do Governador, do Presidente da Câmara Legislativa ou do Presidente do Tribunal de Contas.*

§ 1º Sobre o valor do abono pecuniário, incide o adicional de férias.

§ 2º A base para o cálculo do abono pecuniário não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio.” (grifei).

13. Os arts. 91, § 2º, e 113, § 1º, da Lei Complementar nº 840/11, ao assegurarem que no cálculo do abono pecuniário – conversão de período de férias em pecúnia (indenização) – será considerado o valor do adicional de férias, apenas reproduziram direito social estampado na Constituição Federal (art. 7º, inciso XVII).

14. Da leitura da Lei Complementar nº 840/11 depreende-se que o legislador distrital tão somente confirmou que **não é o gozo de férias que garante a diferença do adicional de férias, mas o próprio direito às férias**, constitucionalmente assegurado – o que é reconhecido pela jurisprudência pátria. O valor relativo ao abono de férias será acrescido do benefício assegurado no art. 7º, inciso XVII, e no art. 39, § 3º, ambos da Constituição da República.

15. Conforme destaquei na Sessão de 23.7.2019, ao tratar da questão atinente à incidência do adicional de férias no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, o legislador distrital **não** adotou a limitação que almeja a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, de modo que não compete a esta Corte de Contas dar guarida à pretensão sustentada pelo Poder Executivo.

16. É bem verdade que o legislador não tem condições de prever e positivar todas as situações e conflitos do cotidiano, competindo ao intérprete a solução do caso concreto. Entretanto, no presente episódio, a adoção da interpretação que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal intitulou de “*mais rígida*”¹ resultaria na supressão ou minoração de um adicional

¹ Conforme ementa do Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 1056/2018 - PGDF/GAB/PRCON (fl. 2 do e-doc BFB23C21-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

expressamente previsto na legislação de regência da matéria.

17. Mais do que isso, a interpretação sistemática recomendada pelo Poder Executivo leva em consideração normativos que não se aplicam aos servidores estatutários, como a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT². Apesar de o nobre Revisor carrear aos autos argumentos direcionados especificamente aos servidores estatutários, valeu-se também – unicamente a título elucidativo – de decisões do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

18. Com efeito, a aplicação da CLT (ou de interpretações dela derivadas) de forma subsidiária ao caso em tela só seria possível com expressa previsão na Lei Complementar nº 840/11, o que não se verifica na literalidade da norma. Ademais, pelo que se percebe, o assunto ora debatido foi tratado à integralidade no referido normativo, não havendo espaço para digressões.

19. Inclusive, **ad argumentandum tantum**, a posição do Corpo Técnico encontra-se em sintonia com o Projeto de Lei nº 1.140/19, proposto em 26.2.2019 pelo Deputado Federal CARLOS BEZERRA, que, conforme consta da ementa, pretende alterar a redação dos artigos 133 e 143 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre o pagamento do adicional de um terço sobre as férias nas hipóteses de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa e de **conversão de dias de férias em abono pecuniário**³.

20. Importa destacar ainda que os servidores públicos têm suas relações disciplinadas em estatuto próprio, por meio do qual a Administração Pública estabelece **unilateralmente**, por meio de **ato normativo**, direitos e deveres. Assim, não apenas os servidores se acham vinculados à norma, mas também e especialmente a Administração. Logo, se o Poder Público tem o anseio de impor limites ou restrições a direitos dos servidores estatutários, deverá fazê-lo por meio do devido processo legislativo.

² Ressalta-se por oportuno que parte da fundamentação apresentada pela PGDF é extraída de julgamento do TST relativo à aplicação do art. 143 da CLT, a saber: AGRADO REGIMENTAL. AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. (...) A jurisprudência desta Corte consagra entendimento de que não há incidência do acréscimo do terço constitucional sobre os dias convertidos em abono pecuniário. (...) (AgR-AIRR - 1007-80.2015.5.08.0122, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 04/04/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/04/2018).

³ Referido Projeto de Lei encontra-se atualmente em trâmite na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A redação proposta para o art. 143 da CLT tem o seguinte teor: É facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, **acrescida** de um terço." (grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

21. Nesse laço, nos termos do art. 91, **caput**, da Lei Complementar nº 840/11, o **terço de férias** deverá ter como **base de cálculo o valor da remuneração ou subsídio a que faz jus o servidor no mês em que as férias forem iniciadas**.

22. Na hipótese de **conversão** de um terço de férias em abono pecuniário, a remuneração no mês das férias será a **remuneração regularmente percebida** (referente aos 30 dias de trabalho) **acrescida do valor do abono**, que deve ser a base de cálculo do adicional de férias, conforme expressa previsão legal.

23. Nota-se, portanto, que **o legislador distrital** – assim como fez em alguns casos o legislador federal⁴ – **não impôs qualquer** espécie de restrição, ressalva ou proporcionalidade ao cálculo do terço de férias, mesmo tratando expressamente a possibilidade de conversão de um terço das férias em abono pecuniário, ou seja, considerando a possibilidade de o servidor não gozar a integralidade de suas férias.

24. Ressalta-se ainda que a redação original do art. 78, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.112/90⁵ previa situação idêntica àquela atualmente existente na Lei Complementar nº 840/11. Todavia, por meio da Lei nº 9.527/97, o Congresso Nacional modificou a legislação para impor aos servidores federais a restrição que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF e o Ministério Público de Contas do DF pretendem conferir por deliberação desta Corte de Contas, o que, por certo, constitui **ilegalidade**.

25. À época de vigência da redação original do supracitado dispositivo da Lei nº 8.112/90, a Orientação Normativa nº 89/91 do Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento tinha o seguinte teor⁶:

*“Na hipótese da conversão facultada pelo § 1º do art. 78 da Lei nº 8.112, de 1990, o cálculo do **abono pecuniário** será efetuado sobre o valor da remuneração mensal **acrescido** de 1/3 (um terço) correspondente ao adicional de férias.” (grifei).*

⁴ Ressalta-se que o art. 220, § 3º, da Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, prevê situação idêntica àquela prevista na LC nº 840/11. Portanto, a norma aplicável aos membros do Ministério Público da União (MPF, MPT, MPDFT e MPM) diverge daquela aplicável aos servidores civis regidos pela Lei nº 8.112/90.

⁵ Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Pública Federal

⁶ Disponível em: <https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/legis/detalhar/3892>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

26. Como outrora ressaltado, a matéria inclusive já foi objeto de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, que se pronunciou nos termos seguintes:

*“EMBARGOS À EXECUÇÃO. ABONO PECUNIÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL. CÁLCULO. LEI N. 8.112/90. A ausência de menção na petição inicial quanto à incidência do adicional de férias sobre o valor do abono pecuniário, bem como o cômputo, nos cálculos apresentados pelo Embargante, da referida parcela, afasta a pretensão exposta em sede recursal. **Não verificada eventual ilegalidade da cobrança do terço constitucional sobre o abono pecuniário, face ao disposto no § 2º do artigo 78 da Lei n. 8.112/90.** (Acórdão n.212793, 20030110646225APC, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Revisor: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 28/02/2005, publicado no DJU SEÇÃO 3: 05/05/2005. Pág.: 79)”*

27. O **Parquet** especializado sustenta ainda que a interpretação alcançada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal poderia ser extraída do art. 125 do supracitado Estatuto. Ocorre que referida norma apenas reproduz o direito constitucionalmente garantido a um período de férias para cada 12 (doze) meses de exercício profissional, não servindo para a solução desta contenda.

28. Com o objetivo de afastar qualquer dúvida que eventualmente pudesse surgir, o legislador distrital, ao editar Lei Complementar nº 840/11, **reafirmou** no art. 113, § 1º, a **incidência** do adicional de férias sobre o valor do abono pecuniário.

29. A discussão em tela ganha relevo na medida em que, a depender do que for decidido, este Tribunal de Contas terá que rever o procedimento que tem sido internamente adotado.

30. Ao contrário do que afirma o **Parquet** especializado⁷, ao examinar o teor das Informações nºs 359/2019-Sepag (e-doc 04B63EA9-e) e

⁷ Parecer nº 189/2019-G3P: [...] “44. Sob esse aspecto, cabe ressaltar que, a despeito de, no referido Parecer da PGDF, haver sido registrado que o entendimento ali consignado é “**contraposto à interpretação conferida pela Resolução/TCDF nº 246, de 11 de dezembro de 2012**”, o fato é que, no entender Ministerial, tal divergência é apenas “aparente”, porquanto, conforme consulta efetuada em contracheques do TCDF, a Corte de Contas, ao efetivar o cálculo da parcela referente ao “terço constitucional” (Adicional de Férias), sob a forma de parcela única, o faz diretamente, tão somente, sobre os 30 dias de férias (ou seja, somente sobre a remuneração dos 30 dias, de igual modo em relação àqueles que não optam pelo “Abono Pecuniário”). É como se o fizesse sobre uma parcela de remuneração de 20 dias usufruídos de férias e sobre uma parcela de “remuneração” referente a 10 dias que serão convertidos em pecúnia). Portanto, não há o chamado bis in idem, visto que não efetua novo cálculo sobre o valor específico do Abono Pecuniário então apurado, como se leva a crer.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

689/2019-Seleg (e-doc 71F3F52C-e), exaradas no bojo do Processo nº 3.491/19-e, extrai-se que o pagamento do abono pecuniário no Tribunal considera a remuneração mensal **acrescida** do adicional de férias, nos termos do art. 113 da LC nº 840/11 e do art. 10 da Resolução nº 246/12, indo ao encontro das conclusões da DPDF – e, portanto, do Corpo Técnico – sobre a questão, adotando o seguinte cálculo:

Remuneração Mensal + Adicional de férias = **Remuneração de Férias**

Abono Pecuniário = (Remuneração de Férias /30) x 10 dias transformados em pecúnia.

31. Consultando o teor da Resolução TCDF nº 246/12 – que dispõe sobre a concessão de férias e o pagamento do décimo terceiro salário aos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal – verifica-se que a norma traz **corretamente** a seguinte previsão:

*“Art. 9º **A remuneração de férias corresponderá ao período de 30 (trinta) dias, e será acrescida do valor integral do adicional de férias, correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração, tendo sua base de cálculo limitada ao teto de remuneração ou subsídio.***

*§ 1º **Na hipótese de concessão do abono pecuniário, o cálculo do adicional de férias levará em conta o somatório da remuneração ou subsídio com a parcela indenizada.***

[...]

*Art. 10. Por ocasião da programação anual de férias poderá ser autorizada a **conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, no qual incidirá o adicional de férias**, observado o interesse e a necessidade da Administração, bem assim os seguintes critérios: [...]*”

32. Assim, após a escorreita interpretação das normas de regência da matéria, conclui-se, com as vênias de estilo, que a tese arguida pela Defensoria Pública do Distrito Federal e sustentada pelo Corpo Técnico deverá prevalecer sobre aquela defendida pelo Ministério Público de Contas, pela Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – AJL/Seplag e pela PGDF.

33. Deve-se ressaltar que, em consonância com o dispõe a legislação que disciplina o tema, a alta administração desta Corte tem adotado a metodologia sustentada pela Informação no que tange ao pagamento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

abono pecuniário e adicional de férias. Nesse sentido, **desde a edição da Lei Complementar nº 840/11, todas as gestões** – inclusive durante o período em que o i. Revisor esteve na Presidência – **autorizaram o pagamento do adicional de férias sobre a remuneração mensal dos servidores e sobre o valor do abono pecuniário**, observados os limites referentes ao teto constitucional.

34. No tocante ao argumento jurisprudencial apresentado pelo ilustre Revisor (RMS 43.249/SC⁸), entende-se importante, neste caso específico, avançar para além da ementa. A discussão ocorrida no STJ refere-se ao alcance das normas contidas no Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Estadual nº 6.844/86), que prevê que os membros da carreira têm direito a **até 60 dias de férias** por ano.

35. Conforme apontou o Relator, i. Ministro HUMBERTO MARTINS, neste caso a associação recorrente pleiteava **exclusivamente o pagamento do adicional de férias ao período de recesso – que não tem a natureza jurídica de férias –, e não o reconhecimento do referido período como se de férias fosse, in verbis:**

“O tribunal de origem consignou que a Lei Estadual fixa o mínimo de 30 (trinta) dias de férias, podendo haver extensão para até 60 (sessenta) dias (fls. 286-287, e-STJ):

"Nos termos do art. 93 da Lei Estadual n. 6.844/1986, a duração das férias dos membros do magistério pode ser, de até sessenta dias e sobre o período de férias incide o terço, a teor do disposto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição da República.

Porém, o terço não incide sobre o período de recesso escolar.

Ocorre que o recesso não deve ser confundido com o período de férias dos professores, pois o servidor pode ser convocado para outras atividades escolares, de modo que fica à disposição da Secretaria de Estado da Educação.

Deste modo, a gratificação de 1/3 não, pode recair concomitantemente sobre o período de férias e também sobre o período de recesso."

Ora, a postulação da associação recorrente é diversa. Se o pleito fosse a possibilidade de outorga de 60 (sessenta) dias de férias, resta claro que haveria direito, ainda que atendida a

⁸ Indicado na fl. 7 do e-doc FBBFD524-e. O Relatório/Voto está disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=36005511&num_registro=201302146656&data=20140826&tipo=91&formato=PDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

discricionariedade da Administração. Mas, o pleito visa ao pagamento do adicional de férias ao período de recesso, o que é evidentemente descabido.

[...]

Em suma, não é buscado o pagamento do adicional de férias sobre o período de 60 (sessenta) dias. É postulado o pagamento do referido adicional no período de recesso. Fica evidente a ausência de direito líquido e certo.” (grifei).

36. Em suma, o STJ decidiu que não deve haver o pagamento de adicional de férias (terço constitucional) sobre o período de **recesso**, pois este **não tem natureza jurídica de férias**.

37. Todavia, o Relator consignou que se o pleito da associação fosse para que o STJ reconhecesse os 60 (sessenta) dias como sendo de **férias**, poderia ter sido deferido e, por via reflexa, alcançado o pagamento de terço constitucional em todo o período (como ocorre com os Magistrados e Membros do Ministério Público – pagamento de terço constitucional sobre 60 (sessenta) dias de férias).

38. Com efeito, o fato de um servidor gozar os 30 (trinta) dias de férias e/ou de ter indenizado parte desse período não tem o condão de atribuir **semelhança** do abono pecuniário com o recesso, como quer fazer crer o nobre Revisor. Assim, me parece que o **decisum** pouco contribui com a solução da divergência em exame, pois, guardadas as devidas proporções, o caso julgado pelo STJ se assemelharia à solicitação de um servidor da DPDF para pagamento de **terço constitucional** sobre o período de **recesso forense**.

39. Não foi possível localizar no STJ e/ou no STF outros julgados aptos a solucionar a **quaestio**, pois, conforme indicado no § 24, a norma federal – que é parâmetro para diversas normas estaduais – foi **alterada** em 1997 pelo **processo legislativo** adequado. Repita-se: se for do genuíno interesse do Poder Executivo, o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal pode encaminhar um Projeto de Lei Complementar para alterar a redação da Lei Complementar nº 840/11 e conferir os efeitos buscados pela AJL/Seplag neste processo de Controle Externo.

40. Por fim, apesar de a lei prever que “a conversão de um terço das férias em abono pecuniário depende de autorização do **Governador**, do **Presidente da Câmara Legislativa** ou do **Presidente do Tribunal de Contas**”, entende-se, em harmonia com os Pareceres, que o **Defensor**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 175/19-e

Público-Geral também está legitimado a autorizar a concessão do abono pecuniário, tendo em vista a autonomia funcional e administrativa conferida àquele órgão, nos termos art. 134, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Emenda nº 69/12, e art. 114, da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 61/12 e da Emenda à Lei Orgânica nº 86/15.

Ante o exposto, em harmonia com o Corpo Técnico e rogando vênias ao nobre revisor, reapresento o VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da consulta formulada pelo então Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF, posto que satisfaz os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;

II. responda à jurisdicionada que, nos termos expressamente previstos nos arts. 91 e 113 da Lei Complementar nº 840/11, o adicional de férias deve incidir sobre a remuneração mensal ou subsídio e sobre o valor do abono pecuniário, observando os limites impostos nos mencionados dispositivos, sob pena de fazer letra morta ou negar validade à norma de regência; e

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2019.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.